

## CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

ENTRE A

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO

E O

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

### CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONTRATAÇÃO

Pelo presente instrumento de Contrato de Empréstimo que celebram a **Corporação Andina de Fomento**, doravante denominada CAF, representada neste ato por seu Diretor Representante no Brasil, Senhor Jaime Manuel Holguín Torres, devidamente autorizado, por uma Parte; e por outra parte, o **Município de Hortolândia**, Estado de São Paulo, da República Federativa do Brasil, doravante denominado “Mutuário”, representado neste ato pelo Senhor Ângelo Perugini, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, devidamente autorizado(a), nos termos e condições a seguir expostos:

#### **Considerandos**

Considerando que o Mutuário solicitou à CAF um empréstimo para financiar parcialmente o Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável – Hortolândia /SP, doravante denominado “Programa”.

Considerando que a CAF entendeu que o Programa é elegível para o financiamento e, conseqüentemente, consentiu em aprovar o empréstimo em favor do Mutuário, sujeito aos termos e condições estipulados no presente documento.

Considerando que as obrigações financeiras do Contrato serão garantidas solidariamente pela República Federativa do Brasil, doravante denominada “Garantidor”, em conformidade com o Anexo C (“Contrato de Garantia”), as Partes acordam as seguintes condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto do Empréstimo**

De acordo com as cláusulas do presente Contrato de Empréstimo e sujeito às condições nelas estabelecidas, a CAF se compromete a emprestar ao Mutuário, sob a forma de mútuo, o montante indicado na Cláusula Segunda, e o Mutuário o aceita com a obrigação de utilizá-lo exclusivamente para financiar o Programa a ser executado no Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, bem como a amortizá-lo nas condições pactuadas neste Contrato de Empréstimo.



## **CLÁUSULA SEGUNDA: Montante do Empréstimo**

De acordo com as cláusulas do presente Contrato, o empréstimo que a CAF concede ao Mutuário será de até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de Dólares).

## **CLÁUSULA TERCEIRA: Prazos do Contrato de Empréstimo**

O empréstimo terá um prazo total de 12 (doze) anos, incluído o Prazo de Carência de 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da assinatura do presente Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA: Aplicação dos Recursos do Programa**

O Mutuário concorda expressamente que os recursos do empréstimo serão destinados a financiar unicamente gastos do Programa, incluindo os seguintes itens: (a) custos de obras e equipamentos, ações ambientais e sociais, supervisão técnica, ambiental e social, e segurança viária; (b) gastos de administração, incluindo consultorias, estudos, projetos e licenciamentos, de gerenciamento e de compensação ambiental; (c) auditoria externa; e (d) a comissão de financiamento e os gastos de avaliação do empréstimo.

O Programa está descrito de forma detalhada no Anexo “B”, parte integrante do presente Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA: O “Órgão Executor”**

As funções do Órgão Executor, conforme indicadas no Anexo “A”, ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ou outro órgão que vier a sucedê-la com atribuições similares, por intermédio da estrutura técnico-administrativa coordenada pela Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP).

## **CLÁUSULA SEXTA: Prazos para Solicitar Primeiro e Último Desembolsos dos Recursos do Empréstimo**

O Mutuário terá um prazo de até 6 (seis) meses para solicitar o primeiro desembolso, e de até 48 (quarenta e oito) meses para solicitar o último desembolso do empréstimo. Esses prazos serão contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: Condições Especiais de Desembolso dos Recursos do Empréstimo**

Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento, por parte do Mutuário, das condições estabelecidas na Cláusula 5 do Anexo “A” e das condições especiais abaixo, de forma que a CAF considere satisfatória:

### **Prévia ao primeiro desembolso:**

Apresentar à CAF:





1. Cópia do documento legal de criação da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP) e de sua estrutura.
2. O Manual Operacional do Programa (MOP), que regerá a execução do Programa.

### **Prévias ao início dos desembolsos de cada obra ou grupos de obras:**

Apresentar à CAF:

1. O respectivo projeto de engenharia, aprovado pela autoridade competente, ajustado conforme recomendações de segurança viária realizadas por um especialista que não tenha participado da elaboração do projeto, quando aplicável; assim como o orçamento atualizado, contemplando as ações ambientais e sociais. Para as obras que se encontram em execução, apresentar um relatório da situação atual, avanço físico-financeiro e o cronograma de desembolsos atualizado.
2. As respectivas homologações emitidas pelo Mutuário nas quais conste que cada uma das contratações no âmbito do Programa está de acordo com a legislação brasileira vigente relativa a licitações e contratações com a administração pública. Apresentar cópia das publicações realizadas, das atas de avaliação de ofertas, das atas de adjudicação e dos contratos de obra.
3. Cópia do contrato firmado com a empresa de supervisão técnica, ambiental e social ou, na ausência deste, evidência, aceitável para a CAF, de que o Órgão Executor dispõe dos sistemas e mecanismos próprios para atender à gestão de controle e vigilância dos contratos, incluindo aspectos ambientais e sociais, estrutura administrativa e hierárquica, bem como os recursos humanos, materiais e equipamentos que serão utilizados para a execução das tarefas.

### **Prévias ao início físico de cada uma das obras ou grupos de obras:**

Apresentar à CAF:

1. Evidência da disponibilidade do acompanhamento das atividades relativas aos serviços de segurança viária em uma das seguintes formas: (i) no âmbito da empresa de supervisão de obras; (ii) por profissional habilitado independente; ou (iii) por profissional do quadro da prefeitura. Esse profissional não poderá ter participado da elaboração do respectivo projeto de obra.
2. Plano de comunicação, quando aplicável, cujo conteúdo deverá estar detalhado no MOP.
3. Plano de desapropriações.
4. Cópia dos estudos ambientais, conforme a legislação ambiental.
5. Cópia das autorizações ambientais vigentes estabelecidas pela legislação nacional e aplicáveis ao Programa.
6. Cópia dos contratos das obras de contrapartida local.
7. Plano de manejo das interferências da obra nas redes de distribuição de água, de saneamento, de energia elétrica, de drenagem pluvial e serviço de telecomunicações. Esse plano deverá incluir, pelo menos, cronograma, orçamentos e responsáveis.

### **Durante o período de desembolsos:**



Apresentar à CAF:

1. Decorridos 24 (vinte e quatro) meses da data de assinatura do Contrato de Empréstimo, evidência de que as obras de acesso à Ponte Estaiada e de sua capa asfáltica foram concluídas.
2. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias após o primeiro desembolso do financiamento, um relatório sobre as ações de Segurança Cidadã incluindo, pelo menos: tipo de ação, objetivo, resultados esperados, orçamento, plano de execução e entidade responsável.
3. No prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro desembolso, evidência de que foi iniciado o processo de contratação de uma empresa de auditoria independente com reconhecida capacidade técnica, encarregada de realizar a auditoria do Programa. A auditoria deverá incluir a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, do uso dos recursos do Programa e dos processos de contratação, que deverão obedecer à legislação aplicável vigente.
4. Dentro de 60 (sessenta) dias posteriores ao último pagamento de cada obra, evidência do início das gestões para a obtenção da licença de operação, conforme a legislação local, quando aplicável.
5. Evidência de que: (i) durante o segundo semestre de cada ano, foram incluídos os aportes locais para o Programa no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o ano seguinte; e (ii) dentro dos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias de cada ano, apresentar as dotações orçamentárias aprovadas na LOA para o exercício em curso.
6. No prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da conclusão de cada obra ou conjunto de obras, um relatório indicando as atividades de manutenção preventiva, rotineira e corretiva, previstas para a referida obra ou conjunto de obras.
7. Previamente à sua execução, qualquer modificação significativa dos projetos e/ou contratos da obra, supervisão ou outros, custo e/ou prazo, incluindo aspectos técnicos, ambientais e sociais.
8. Evidência de que está sendo cumprida oportunamente a disponibilidade de recursos de contrapartida local, de acordo com o *pari passu* estabelecido no quadro de usos e fontes do Programa. Essa verificação será realizada no momento em que o acumulado de desembolsos do empréstimo CAF alcance 30% (trinta por cento), 60% (sessenta por cento) e 90% (noventa por cento) do seu total.
9. Os seguintes relatórios referentes ao progresso do Programa, conforme o conteúdo indicado no MOP:

**Inicial:** No prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato do empréstimo: (i) cronograma de execução de obras e desembolsos; (ii) os lotes de obras a serem licitados e os critérios utilizados para a sua seleção; (iii) informação sobre a situação dos projetos de engenharia das obras; (iv) orçamento atualizado das obras, incluindo ações ambientais e sociais; e (v) para as obras em execução, apresentar as seguintes informações: medições realizadas, valores pagos e a pagar.

**Semestrais:** No prazo de 60 (sessenta) dias contados de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e durante o período de desembolsos de recursos do empréstimo CAF e da contrapartida local, um relatório que contenha: (i) avanço físico-financeiro do Programa; (ii) plano de desapropriações; e (iii) situação dos indicadores da matriz de acompanhamento.





**Anuais:** No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados desde o início do ano, o relatório de auditoria externa correspondente ao ano imediatamente anterior.

**Final:** No prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos após a data do último desembolso de recursos do empréstimo, apresentar o relatório final, conforme modelo fornecido pela CAF. O relatório deverá conter, entre outras, informações relativas à implementação das medidas de mitigação e/ou compensação ambiental em cada uma das obras do Programa.

**Outros** que a CAF possa solicitar durante a execução do Programa.

#### **CLÁUSULA OITAVA: Reembolso de Investimentos e Gastos. Reconhecimento de Recursos de Contrapartida.**

A CAF, a pedido do Mutuário e/ou do Órgão Executor, poderá realizar o reembolso de investimentos e gastos do Programa efetuados com recursos próprios a partir da data de aprovação do financiamento pela CAF (20 de dezembro de 2016) até a data do primeiro desembolso, conforme o orçamento do Programa. Esse reembolso não poderá exceder 20% (vinte por cento) do total do empréstimo, e será utilizado exclusivamente para reembolsar investimentos e gastos elegíveis pela CAF, correspondentes a obras e serviços executados que sejam parte do Programa. (Quadro de Usos e Fontes do Programa – Anexo “B”).

Adicionalmente, o Mutuário e/ou o Órgão Executor poderá solicitar à CAF o reconhecimento de investimentos e gastos considerados elegíveis como recursos de contrapartida local executados em obras do Programa, realizadas com antecedência de até 6 (seis) meses da data de Recomendação do financiamento pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), de 29 de agosto de 2014 até a data do primeiro desembolso do empréstimo.

#### **CLÁUSULA NONA: Amortização do Empréstimo**

O empréstimo será amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de 16 (dezesseis) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas. O pagamento da primeira parcela semestral de amortização do principal efetuar-se-á aos 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato.

Havendo qualquer atraso no pagamento das parcelas de amortização antes mencionadas, a CAF terá direito de cobrar Juros de Mora, sem prejuízo do direito de suspender as obrigações a seu cargo e/ou declarar vencimento antecipado do presente empréstimo, de acordo com o disposto nas Cláusulas 16 e 18 do Anexo “A”.

11

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: Juros**



a) O Mutuário obriga-se a pagar semestralmente à CAF os juros sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa LIBOR para empréstimos de 6 (seis) meses, aplicável ao período de juros, mais a margem de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento).

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido na Cláusula Décima Primeira das Condições Particulares de Contratação e no item 6.1, da Cláusula 6, do Anexo "A".

(b) Para o caso de mora, o Mutuário obriga-se a pagar à CAF, além dos juros estabelecidos no item anterior, 2,0% (dois por cento) anuais.

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido no item 6.2, da Cláusula 6, do Anexo "A".

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Financiamento Compensatório**

Durante o período de 8 (oito) anos contados a partir da data de início da vigência do presente Contrato, a CAF se obriga a financiar 10 (dez) pontos básicos anuais da taxa de juros estabelecida na Cláusula Décima. Dessa forma, a margem citada no item (a) da Cláusula anterior corresponderá a 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) anuais. Esse financiamento será realizado com recursos do Fundo de Financiamento Compensatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Comissão de Compromisso**

a) O Mutuário pagará à CAF uma comissão denominada "Comissão de Compromisso", por colocar à disposição do Mutuário o crédito especificado na Cláusula Segunda. Essa comissão será equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado em Dólares, no vencimento de cada parcela semestral, até o momento em que cesse tal obrigação, segundo o disposto no último parágrafo desta Cláusula.

A comissão será calculada em dias corridos, com base num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

A comissão será devida a partir do vencimento do primeiro semestre de vigência do presente Contrato de Empréstimo e cessará, no todo ou em parte, na medida em que:

- (i) tenha sido desembolsada parte ou a totalidade do empréstimo; ou
- (ii) tenha ficado total ou parcialmente sem efeito a obrigação de desembolsar o empréstimo, de acordo com as Cláusulas 4, 14 e 16 do Anexo "A"; ou





- (iii) tenham sido suspensos os desembolsos por causas não imputáveis às Partes, conforme a Cláusula 17 do Anexo "A".

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Comissão de Financiamento e Gastos de Avaliação**

a) O Mutuário pagará à CAF somente uma vez uma comissão denominada "Comissão de Financiamento" pela concessão do empréstimo. Essa comissão será equivalente a 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) do montante indicado na Cláusula Segunda do presente Contrato, e será devida a partir do início da vigência deste Contrato de Empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado, em Dólares, no mais tardar, quando se realizar o primeiro desembolso do empréstimo.

b) Além disso, o Mutuário pagará diretamente à CAF a soma de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil Dólares) a título de gastos de avaliação. O pagamento dos gastos de avaliação deverá ser efetuado em Dólares no momento em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo.

---

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Publicidade**

O Mutuário coordenará com a CAF a inclusão do nome e do logotipo que a identifique em todos os cartazes, avisos, anúncios, placas, publicações ou qualquer outro meio de divulgação do Programa, ou nos documentos convocatórios relativos à licitação pública de obras ou serviços correlatos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Garantia**

Simultaneamente a este Contrato, a CAF e o Garantidor assinam um Contrato de Garantia (Anexo "C"), em que são garantidas todas as obrigações relativas ao pagamento do serviço da dívida (principal, juros e comissões) contraídas pelo Mutuário no presente Contrato de Empréstimo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Comunicações**

Todo aviso, solicitação ou comunicação entre as Partes, relacionados ao presente Contrato, deverá efetuar-se por escrito e será considerado efetivo ou enviado por uma das Partes à outra, quando entregue por qualquer meio usual de comunicação, exceto no caso de arbitragem, que deverá ocorrer mediante recibo de notificação aos respectivos endereços a seguir:

**À CAF**

Endereço:

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO  
SAF Sul, Quadra 02, Lote 04



Edifício Via Esplanada – sala 404  
CEP: 70070-600  
Tel.: + 55 (61) 2191.8600

**Ao Mutuário**

Endereço:

Município de Hortolândia  
Secretaria de Obras  
Rua José Claudio Alves dos Santos, 585  
Remanso Campineiro - Hortolândia – SP  
CEP: 13184-472  
Tel.: + 55 (19) 3965.1400 r. 8824  
E-mail: obras@hortolandia.sp.gov.br  
E-mail: isabellaureano@hortolandia.sp.gov.br

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Cópia de Correspondência**

A CAF e o Mutuário enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução do Programa para:

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Esplanada dos Ministérios, Bloco “K”, 5º Andar  
CEP-70040-906 Brasília - Distrito Federal- Brasil  
Tel Nº +55 (61) 2020-4292  
E-mail: [seain@planejamento.gov.br](mailto:seain@planejamento.gov.br)

A CAF e o Mutuário enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução financeira do Programa para:

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco “P”, 8º Andar, sala 803  
CEP-70040-900 Brasília - Distrito Federal - Brasil  
Tel Nº + 55 (61) 3412.2842  
E-mail: [apoioconf.df.pgfn@pgfn.gov.br](mailto:apoioconf.df.pgfn@pgfn.gov.br)

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública  
Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A  
1º Andar, Sala 121





Brasília – DF- Brasil  
CEP 70048-900.  
Tel No. + 55 (61) 3412-3518  
E-mail: [codiv.df.stn@tesouro.gov.br](mailto:codiv.df.stn@tesouro.gov.br)

A CAF enviará cópia de toda correspondência relativa à execução do Programa para:

Endereço:

Município de Hortolândia  
Unidade de Gestão do Programa  
Rua José Cláudio Alves dos Santos, 585  
Remanso Campineiro - Hortolândia – SP  
CEP: 13184-472  
Tel.: + 55 (19) 3965.1400 r. 8824  
E-mail: [ugp@hortolandia.sp.gov.br](mailto:ugp@hortolandia.sp.gov.br)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Modificações**

Toda modificação que se incorpore às disposições deste Contrato deverá ser feita de comum acordo entre a CAF, o Mutuário e o Garantidor por meio de carta ou de aditivo, a critério da CAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Arbitragem**

Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrentes da interpretação ou da aplicação do presente Contrato, e que não se solucione por acordo entre as Partes, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida na Cláusula 29 do Anexo “A” deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: Estipulações Contratuais e Jurisdição Competente**

O presente Contrato de Empréstimo reger-se-á pelas estipulações contidas neste documento e pelo estabelecido nos Anexos “A”, “B” e “C”, que são partes integrantes deste Contrato. Os direitos e obrigações estabelecidos nos referidos instrumentos são válidos e exigíveis de acordo com os termos nele contidos.

As Partes se submetem à jurisdição do país do Mutuário, cujos juízes e tribunais poderão conhecer de todo assunto que não seja de competência exclusiva do Tribunal Arbitral, de acordo com o disposto na Cláusula 29 do Anexo “A” deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Prevalência entre os Documentos do Empréstimo**

Em caso de discrepância, as condições estabelecidas no presente documento ou em suas posteriores modificações prevalecerão sobre aquelas contidas nas Condições Gerais de Contratação do Anexo “A”.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Vigência**

As Partes concordam que o presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no presente Contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Anexos**

São partes integrantes do presente Contrato, os seguintes anexos:

Anexo "A": Condições Gerais de Contratação.

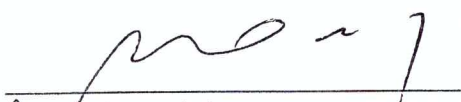
Anexo "B": Descrição do Programa.

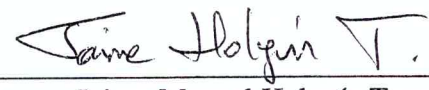
Anexo "C": Contrato de Garantia.

As Partes, em comum acordo, assinam o presente Contrato de Empréstimo em 3 (três) vias originais no idioma português (Brasil), na cidade de Brasília - DF, no dia 05 de setembro de 2018.

p. **MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**

p. **CAF**

  
\_\_\_\_\_  
Ângelo Perugini  
Prefeito do Município de Hortolândia

  
\_\_\_\_\_  
Jaime Manuel Holguín Torres  
Diretor Representante da CAF